



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 28, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014
3. REQ. N. 1826/14, DATADO DE 28/11/2014 – PC N.º 385/14, DATADO DE 31/10/2014 – SARA LUÍSA DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA
4. REQ. N. 1799/12, DATADO DE 25/11/2014 – PC N.º 312/12, DATADO DE 18/10/2012 – HORÁCIO URBANO FERREIRA
5. REQ. N. 1889/14, DATADO DE 10/12/2014 – PC N.º 168/10, DATADO DE 17/08/2010 – ACÁCIO DE SOUSA FILIPE
6. REQ. N. 1583/14, DATADO DE 22/10/2014 – PC N.º 334/14, DATADO DE 03/10/2014 – AUTO EMBRA - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LDA

7. REQ. N. 1916/14, DATADO DE 16/12/2014 – PC N.º 288/14, DATADO DE 18/08/2014 – PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, LDA.
8. REQ. N. 1649/14, DATADO DE 29/10/2014 – PC N.º 293/14, DATADO DE 20/08/2014 – SOMEMA – SOCIEDADE METALÚRGICA MARINHENSE, LDA
9. REQ. N. 1891/14, DATADO DE 10/12/2014 – PC N.º 26/14 , DATADO DE 28/01/2014 - ANTÓNIO GILBERTO FELIZARDO MACEDO.
10. REQ. N. 2380/11, DATADO DE 22/11/2011 – PC N.º 752/2011, DATADO DE 22/11/211 – LISETA HENRIQUES SILVA ROLDÃO
11. I/1495/2014 – DETERMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS
12. REQ. N. 1602/14, DATADO DE 23/10/2014 – PC N.º 503/2014, DATADO DE 23/10/2014 – FERNANDO AMARAL TAVARES
13. REQ. N. 50/12, DATADO DE 10/01/2012 – PC N.º 102/09, DATADO DE 18/05/2009 – OLGA MARIA MARTINS GOMES DA SILVA
14. REQ. N. 956/11, DATADO DE 09/05/2011 – PC N.º 162/11, DATADO DE 27/04/2011 – ANA ELISA FRAGOSO PINTO
15. REQ. N. 1898/14, DATADO DE 11/12/2014– PC N.º 599/2014, DATADO DE 11/12/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
16. REQ. N. 1927/14, DATADO DE 17/12/2014– PC N.º 438/14, DATADO DE 17/12/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
17. ANULAÇÃO DE GUIA – DIVISÃO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
18. ANULAÇÃO DE GUIA - RETIFICAÇÃO – DIVISÃO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
19. PROJETO DE CRIAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DO CENTRO LITORAL DE PORTUGAL – EMISSÃO DE PARECER
20. CEMITÉRIO DA MARINHA GRANDE – SEPULTURAS ABANDONADAS
21. AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
22. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2, JARDIM CENTRAL” – CP N.º 01/2012 – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA

23. "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA" – CP N.º 06/2010 – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA
24. "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010" – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA DO CONTRATO ADICIONAL CELEBRADO EM 7 DE MARÇO DE 2013.
25. "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010" – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA DO CONTRATO ADICIONAL CELEBRADO EM 21 DE AGOSTO DE 2013.
26. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CEDÊNCIA DE 17,50M² DE TERRENO DO SR. CARLOS MANUEL GOMES DOS SANTOS
27. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CEDÊNCIA DE 6,00M² DE TERRENO DO SR. CARLOS MANUEL GOMES DOS SANTOS
28. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – QREN OVERBOOKING
29. ENCERRAMENTO DE CONTAS BANCÁRIAS
30. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE *"SERVIÇOS DE INSPECÇÃO, REINSPECÇÃO E SELAGEM DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES PARA OS ANOS 2015 E 2016"*.
32. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO *"MANUTENÇÃO DE MEIOS DE ELEVAÇÃO INSTALADOS EM DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA OS ANOS 2015, 2016 E 2017"*.
33. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO "ATRIBUIÇÃO DE PATROCÍNIO FINANCEIRO A AGENTES DESPORTIVOS QUE PROJETEREM INTERNACIONALMENTE O NOME DE PORTUGAL – JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE"
34. DOAÇÃO DA ARTISTA ESIN KÜCÜKBICMEN - RETIFICAÇÃO

35. DOAÇÃO DA ARTISTA TRACY NICHOLLS – RETIFICAÇÃO
36. ATRIBUIÇÃO DOS DOIS ÚLTIMOS FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL ÀS CANDIDATAS: ANA MARGARIDA CORREIA MENDES E LEONILDE HENRIQUES BARREIRO, ADMITIDAS NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS
37. ANULAÇÃO DE GUIAS E RESTITUIÇÃO VALORES – DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
38. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DO 1.º TRIMESTRE DE 2015 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS
39. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2014/2015 – 1.ª FASE
40. APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO, DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA, REFERENTE AOS 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2014/2015.
41. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL
42. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE VIEIRA DE LEIRIA, PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL DE 2014.
43. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO. ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO. DECISÃO FINAL
44. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – 2014/2015
45. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO

46. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA N.º 560, DATADA DE 3/07/2014, COM O TÍTULO: *“ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012 COM O TEXTO “ PEDIDO DE SUBSIDIO ANUAL EFETUADO PELA ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II PARA SUPORTE DAS DESPESAS DECORRENTES DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO SÓCIO SANITÁRIO PORTA AZUL”*
47. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – ANO LETIVO 2014/2015 – 1.ª FASE
48. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO, DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, REFERENTE AO 1.º, 2.º E 3.º PERÍODO DO ANO LETIVO 2014/2015.
49. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014. *“CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL DO REFORMADO.”*
- REAPRECIAÇÃO COM TOMADA DE NOVA DELIBERAÇÃO. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL DO REFORMADO.
50. RESUMO DE TESOUREARIA

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Nenhum munícipe se inscreveu para intervir.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:

- ⇒ Desejou um Bom Natal e um Ano Novo com boas decisões para todos os habitantes do concelho. Pediu ao público que continue a vir às reuniões, pois são a alavanca do desenvolvimento do concelho, e a união faz a força. À comunicação social pediu que façam força para que as coisas aconteçam, desejando que em 2015 os jornais publicassem na 1.ª página a seguinte notícia: "Finalmente a Marinha Grande tem um mercado novo, um centro histórico e uma piscina".
- ⇒ Enalteceu o prémio inovação 2014 atribuído à Plastimago.
- ⇒ Agradeceu às Juntas de Freguesia da Moita e da Marinha Grande, na pessoa dos seus Presidentes, pois conseguiram ter enfeites de natal bonitos e baratos. Não se refere à freguesia de Vieira de Leiria uma vez que não passou lá e não viu.
- ⇒ Leu no Jornal de Leiria um anúncio pago sobre a nova linha roxa da TUMG, e o Jornal da Marinha Grande não trazia nada, parecendo-lhe que não faz sentido não vir no jornal do concelho e vir num jornal de Leiria, apesar de ser muito lido.
- ⇒ Relativamente ao problema existente na Moita, sobre saneamento a céu aberto, chegou-lhe a informação de que o Vice-Presidente ainda não foi lá, por isso pediu que, do mesmo modo que se resolveu o problema da Rua das Chedas, em Vieira de Leiria, também se possa resolver esta situação.
- ⇒ Foi divulgado que no distrito de Leiria o concelho da Marinha Grande tem o maior rendimento *per capita* por habitante. Se aqui se ganha dinheiro mas se é gasto em Leiria, há que trabalhar cá para que o dinheiro seja gasto aqui e não fora do concelho. Há que dinamizar e inovar o centro histórico, para atrair as pessoas.
- ⇒ Disse que voltou a falar com o lapidador José Medeiros e que o informou que tinha falado na reunião da Câmara da semana passada sobre o problema da sinalética e que o executivo ia tratar do assunto, com um estudo integrado, mas o que ele lhe disse foi que já ouve falar dessa solução há mais de um ano e ainda nada foi feito. Ficou muito triste com esta notícia e por isso pede que o assunto se resolva com brevidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:

- ⇒ Como esta é a última reunião, desejou a todos Bom Natal, que seja a festa da Família, e que o Ano de 2015 seja melhor do que este, a nível pessoal e geral.

Seguidamente deixou as seguintes notas:

- ⇒ Enalteceu o atleta **Oleksandr Lyashchenko**, do Clube de Atletismo da Marinha Grande, que bateu o record nacional de juvenis no triplo salto, com a marca de 14.46m.
- ⇒ Enalteceu a empresa **Plastimago** e o investigador **Paulo Campos**, do CDRSP, pela atribuição do prémio Valorpneu de Inovação 2014, distinção obtida com o produto Pino Urbano Modular. Em causa está um meio de sinalização, que reutiliza borracha de pneus inutilizados, e que foi projetado por Paulo Campos, sob coordenação de Artur Mateus, subdiretor do CDRSP.
- ⇒ Sobre as obras em **S. Pedro**, referiu que começaram no Verão, vem aí o fim-de-ano, com muita gente na Praça, no entanto as obras continuam por terminar, sobretudo o varandim, com o perigo já conhecido, incluindo quedas, se se verificarem excessos. Perguntou qual o tempo definido na adjudicação, dado que teve acesso ao contrato de “Projeto de intervenção na costa do concelho da Marinha Grande”, que foi assinado em 14 de julho, onde consta o prazo de execução de 45 dias. Questionou ainda qual a razão de fazer o estaleiro na Praça, e se não teria sido possível fazê-lo na parte de trás.

O Sr. Vereador **Carlos Logrado** cumprimentou todos os presentes, com votos de Bom Natal e que a Câmara Municipal continue a sua performance para melhorar a vida dos seus munícipes.

- ⇒ Seguidamente perguntou ao Sr. Presidente se já tem respostas para as questões que colocou na última reunião.
Em relação às questões da sua área, o Sr. Vereador **Vítor Pereira** disse que ainda não tem resposta, pois só vai analisar as questões na próxima semana.
O Sr. Vereador **Paulo Vicente** disse que relativamente à sua área já respondeu, de uma forma geral, na própria reunião, mas contudo vai pedir informação mais pormenorizada aos serviços, até porque, mais do que questões, foram apresentadas sugestões, razão pela qual também vai pedir aos serviços que lhe digam se é possível atender.
- ⇒ Solicitou resposta às questões sobre os seguintes assuntos, que colocou sobre a forma de requerimento, que se anexa (**Anexo 8**):
 - o ponto de situação sobre os cães vadios, o que foi ou está a ser feito, uma vez que lhe chegaram relatos de aumento de agressividade;
 - possível colocação de um contentor do lixo junto à varanda de um munícipe, na Rua das Laranjeiras;

- ocupação da via pública no centro tradicional, para obras em curso, e eventuais problemas com a PSP relativamente ao condicionamento do trânsito com cargas e descargas;
- degradação das ciclovias e destruição dos pinos de separação, com utilização indevida para estacionamento de automóveis;
- o que está a ser feito para resolver a degradação de algumas ruas da Zona Industrial do Casal da Lebre, designadamente a Rua da Alemanha;
- legalidade da utilização de bicicletas nos passadiços de madeira da zona costeira;
- situação do parque habitacional social da Câmara Municipal: quantos fogos tem, quantos não estão a ser utilizados e porquê.

⇒ Apresentou dois esboços de propostas, para estudo e enquadramento:

1.º – criação do espaço do cidadão – não se voltou a falar do tema, na sequência do que foi proposto pelo Governo. A semana passada foram aprovados e protocolados mais, e agora são cerca de 160 os espaços em funcionamento. Não pretende aderir à proposta do Governo, mas sim negociar um protocolo que nos sirva e que possa vir a acolher um espaço de cidadão em cada freguesia (se estas aderirem), e um na Câmara Municipal.

Objetivo - 1.º: estabelecer negociações para tornar o protocolo mais vantajoso para o concelho; 2.º: instalar 4 espaços para o cidadão (1 na Câmara Municipal e 1 em cada freguesia).

2.º – habitação social – que anualmente a Câmara Municipal coloque em venda todo o património habitacional que esteja em condições de poder ser alienado a preços sociais, destinados aos seus moradores ou a quaisquer outros, que garantam a sua utilização. Um percentagem desse rendimento (cerca de 30%) deverá ser aplicado na aquisição de outros fogos, devolutos, para criação de novos fogos de habitação social, que serão colocados à disposição dos novos utilizadores que deles necessitem.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes, desejando um Bom Natal, e que este período sirva para reflectir sobre o que foi feito, de bom e menos bom.

- ⇒ Disse que não vai comentar as questões colocadas, e que comunga da vontade do Sr. Vereador António Santos de que haja obras, mas não há capacidade financeira para tudo.
- ⇒ Sobre o varandim de S. Pedro referiu que é uma questão importante e pensava que já estava concluído.
- ⇒ Sobre a proposta de habitação social informou que há um trabalho avançado nesta área, e é bom pôr de lado algum romantismo daquilo que é a realidade, porque há situações em que mesmo que as casas fossem oferecidas as pessoas não ficavam lá. Está a ser feito um estudo, estão a ser recuperadas algumas das propostas de

compra dos moradores, mas a verdade é que o parque habitacional está velho e degradado, porque a Câmara também já o recebeu assim.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ TUMG – a publicidade foi contratada com o Jornal de Leiria, Jornal da Marinha Grande e RCM, que vai começar a anunciar massivamente esta semana a existência da linha roxa.
- ⇒ Saneamento na Moita a céu aberto – está a fazer o levantamento de todas as situações, em colaboração com a Junta de Freguesia, e está a ser feita uma segunda notificação para ligação, onde isso já é possível. Está também a ser feito o levantamento das ligações clandestinas ao saneamento. A situação relatada não é bem como às vezes se diz, pois as pessoas passam mas os compromissos ficam.
- ⇒ Obras em S. Pedro – o contratado foi com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Os varandins sofreram alterações ao longo do tempo à medida que foram sendo reparados, e agora o que foi contratualizado foi a reparação de todos, porque há alguns que estão com outras medidas, e por isso têm de ser uniformizados, porque as perfurações dos pilares são diferentes, como acontece na Praça.
- ⇒ Cães – está a ser tratado com a APAMG, que está a controlar e monitorizar em colaboração com os nossos serviços. No sábado já foi capturado um cão que atraía outros cães. Está-se a tentar capturar mais, mas é difícil a captura em espaço aberto.
- ⇒ Contentor do lixo junto ao n.º 61, na Rua das Laranjeiras – há um abaixo-assinado, já pediu aos serviços para o analisarem, porque os contentores têm que ser colocados em algum local, de x em x metros, porque é uma zona densamente habitada e os contentores são necessários.
- ⇒ Ciclovias – a DOT está a preparar um procedimento para extração das raízes nas estradas e também nas ciclovias, e neste âmbito far-se-á o levantamento dos pinos, que são retirados por vandalismo.
- ⇒ Rua da Alemanha, na Zona Industrial – os passeios estão degradados porque estacionam os camiões em cima deles.
- ⇒ Passadiços – são da responsabilidade da APA. A Câmara só tem alguma responsabilidade na reparação de tábuas partidas, que será feita antes da época balnear. As grandes reparações são por conta da APA. Os passadiços são para as pessoas e não para as bicicletas.

O Sr. Presidente informou o seguinte:

- ⇒ Há uma rádio contratada pela PROTUR para o fim de ano em S. Pedro de Moel, e é uma estação de fora da Marinha Grande.

- ⇒ Felicitou a Plastimago e a colaboração com o CDRSP, cujo centro foi sempre apoiado pela Câmara, nomeadamente a sua instalação no concelho.
- ⇒ Estaleiros na Praça, em S. Pedro – era difícil não fazer os estaleiros naquele local, os carros é que não deveriam estacionar ali.
- ⇒ As Estradas de Portugal só prevêm intervir na estrada da Marinha Grande/S. Pedro de Moel em 2019.
- ⇒ Parque habitacional – consta da agenda desta reunião a entrega das duas últimas casas disponíveis. Vai ser visto o que poderá ser alienado, sendo certo que alguns nem por 1€ estão interessados.
- ⇒ Pinos das ciclovias – às vezes são arrancados e queimados em fogueiras. Noutros locais são arrancados pelos próprios camiões dos serviços florestais. As bermas das estradas onde houve extracção de madeiras estão arrasadas e nalguns locais há valas com cerca de 50 centímetros de profundidade.
A este propósito, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que se é da responsabilidade das matas é obrigação da Câmara reportar as situações.
O **Sr. Presidente** informou que isso é feito e que as respostas das matas são de que as estradas são deles e para eles estão em boas condições.
- ⇒ Manifestou agrado pelo lançamento do livro do Sr. José Cruz, pois foi um dia de sala cheia e foi um bom e importante momento para a Marinha Grande, que representa aquilo que todos querem para a nossa terra. Esteve ali representado todo o povo da Marinha Grande, e foi um dos momentos que lhe deu mais prazer enquanto Presidente da Câmara.
- ⇒ Informou que ontem, domingo, as bandeiras não foram hasteadas no edifício da Câmara Municipal, como habitualmente, porque a sala de reuniões, que dá acesso à varanda, ficou fechada à chave em virtude de aqui estarem os processos para a reunião de hoje, não permitindo o acesso para colocar as bandeiras.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 28, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014

1061 - Presente a ata n.º 28, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 11 de dezembro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N. 1826/14, DATADO DE 28/11/2014 – PC N.º 385/14, DATADO DE 31/10/2014 –
SARA LUÍSA DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA

1062 - Presente requerimento n.º 1826/14, datado de 2014/11/28, constante do processo camarário n.º 385/14, subscrito por SARA LUÍSA DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA, com o NIF 233414835, residente na Rua António Batista, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua D. Mariana Barosa, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.677, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1.983, da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/12/09, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua D. Mariana Barosa, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.677, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1.983, da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 385/14, com data de entrada em 2014/10/31, apresentado por SARA LUÍSA DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA, com o NIF 233414835, residente na Rua António Batista, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a via pública, com a largura de 2,25m, sendo o alinhamento do lancil determinado pelo alinhamento do lancil existente no prédio confinante a Norte. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de betão de 0,13x0,25m e pavê retangular de 0,20x0,10x0,06m, cor cinza, devendo a requerente garantir o remate entre o passeio e o pavimento existente em calçada grossa. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, sendo que na entrada do prédio, numa distância mínima de 3,50m, deverá colocar lancil de

betão rampeado de 0,30x0,22m. Na execução do passeio deverá considerar a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento de modo a evitar o crescimento das ervas. O alinhamento do passeio deverá ser previamente solicitado aos respetivos serviços técnicos da Câmara.

4. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1799/12, DATADO DE 25/11/2014 – PC N.º 312/12, DATADO DE 18/10/2012 – HORÁCIO URBANO FERREIRA

1063 - Presentes requerimentos n.º 1195/14 e n.º 1799/14, registados em 2014/08/11 e em 2014/11/25, respetivamente, referentes a pedido de licenciamento de alterações ao projeto de construção de moradia e muros de vedação, apresentado na vigência do alvará de obras de construção n.º 122/13, respeitante ao processo n.º 312/12, para o prédio sito no lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.477 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.620, em nome de HORÁCIO URBANO FERREIRA, com o NIF 160297451, residente na Rua do Mendonça, n.º 47, 1.º D.º, em Viseu.

Presente parecer técnico datado de 2014/12/09 que atesta estar o projeto de arquitetura em condições de aprovação com condicionalismos de apresentação de planta de implantação e plantas dos muros devidamente instruídas e elaboradas.

Após análise dos requerimentos, com registo de entrada n.º 1175/14 e n.º 1799/14, registados em 2014/08/11 e em 2014/11/25, respetivamente, referentes ao processo n.º 312/12, a solicitar o licenciamento de alterações ao projeto de construção de moradia e muros de vedação, apresentado na vigência do alvará de obras de construção n.º 122/13, para o prédio sito no lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.620 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 6.477, da freguesia e concelho da Marinha Grande, em nome de HORÁCIO URBANO FERREIRA, com o NIF 160297451, residente na rua Mendonça, n.º 47, 1.º D.º, em Viseu, bem como do parecer técnico datado de 2014/12/09, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:

- a) Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE, nomeadamente projetos das redes prediais;
- b) Apresentação de planta de implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20,00m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas

impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, muros arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas;

c) A construção de muros de vedação, não confinantes com a via pública, deve obedecer às condições descritas na alínea ii) do n.º 3 do artigo 5º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, nomeadamente: *Devem garantir, na parte confinante com a via pública, numa extensão de 1,50 m a contar do limite do espaço público, uma altura de 0,80m, podendo ser encimados com elementos gradeados, ou sebes vivas, com o máximo de 0,70m;*

d) Apresentação de peças gráficas a substituir as plantas dos muros, desenhos n.º 08 e n.º 16, cuja representação observe o condicionalismo descrito na anterior alínea c).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1889/14, DATADO DE 10/12/2014 – PC N.º 168/10, DATADO DE 17/08/2010 – ACÁCIO DE SOUSA FILIPE

1064 - Presente requerimento n.º 1889/14, registado em 2014/12/10, referente a pedido de licenciamento de alteração ao projeto de construção da moradia, apresentado na vigência do alvará de obras de construção n.º 72/12, referente ao processo n.º 168/10, para prédio sito na Rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 982 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 4.058, apresentado por ACÁCIO DE SOUSA FILIPE, com o NIF 169888924, residente na Rua da Fonte Velha n.º 25 – 1º Esq., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2014/12/15, que atesta ser viável a alteração, contudo o licenciamento deverá ficar condicionado à apresentação dos elementos instrutórios do pedido elaborados de acordo com o descrito nas alíneas b) e c) do n.º 3 do n.º 11º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março.

Após análise do requerimento, com registo de entrada n.º 1889/14, registado em 2014/12/10, referente ao processo n.º 168/10, a solicitar o licenciamento de alteração ao projeto de construção de moradia, apresentado na vigência do alvará de obras de construção n.º 72/12, a erigir no prédio sito na Rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 982 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4058, da referida freguesia de Marinha Grande,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

apresentado por ACÁCIO DE SOUSA FILIPE, com o NIF 169888924, residente na Rua da Fonte Velha n.º 25 – 1.º Esq., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/12/15, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o projeto de arquitetura com o condicionalismo de apresentação de:

a) Planta à escala de 1:50 ou 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário, elaborada nos termos da alínea b) n.º 3 do n.º 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março;

b) Alçado à escala 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem a fachada e a cobertura, nos termos da alínea c) n.º 3 do n.º 11.º da já citada Portaria n.º 232/2008.

Mais delibera informar manterem-se os condicionalismos expressos nos n.ºs 2 a 4 da Deliberação de Câmara datada de 20/06/2012, notificada através do nosso ofício n.º 547/12, datado de 22/06/2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1583/14, DATADO DE 22/10/2014 – PC N.º 334/14, DATADO DE 03/10/2014
– AUTO EMBRA - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LDA

1065 - Presente pedido com o registo n.º 1583/14, datado de 22/10/2014 relativo a licenciamento de construção de um edifício destinado a oficina auto, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11.327, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 334/14, com data de entrada de 3/10/2014, apresentado por AUTO EMBRA - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LDA, com o NIPC 505 484 420, com sede na Estrada da Embra, n.º 122, Embra, freguesia concelho da Marinha Grande.

Presente parecer favorável emitido a 30/07/2014 pela EP-Estradas de Portugal, SA.

Presente informação técnica, datada de 16/12/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de um edifício destinado a oficina auto, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11.327, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 334/14, com data de entrada de 3/10/2014, apresentado por AUTO EMBRA - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE

AUTOMÓVEIS LDA., com o NIPC 505 484 420, com sede na estrada da Embrá, n.º 122, Embrá, freguesia concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se venham a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Delibera igualmente informar que deverá, após conclusão da obra e obtenção do respetivo título de utilização, proceder ao registo da atividade no Portal da Empresa, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1916/14, DATADO DE 16/12/2014 – PC N.º 288/14, DATADO DE 18/08/2014 – PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, LDA.

1066 - Presente pedido com o registo n.º 1916/14, datado de 16/12/2014 relativo ao licenciamento de ampliação de edifício industrial, localizado na Estrada de Leiria, n.º 208, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.293 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.273, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 288/14, com data de entrada de 18/08/2014, apresentado por PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 501 293 779, com sede na Rua da Indústria, Cumeiras, Embrá, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 16/12/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação de edifício industrial, localizado na Estrada de Leiria, n.º 208, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.293 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.273, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 288/14, com data de entrada de 18/08/2014, apresentado por PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 501 293 779, com sede na Rua da Indústria, Cumeiras, Embrá, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que a instalação de uma unidade industrial do tipo 3 se encontra sujeita ao procedimento de mera comunicação prévia, no âmbito do Sistema de Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, sendo que, por força do disposto no n.º 3 do seu artigo 17º, o respetivo registo só poderá ser efetuado após emissão da respetiva autorização de utilização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1649/14, DATADO DE 29/10/2014 – PC N.º 293/14, DATADO DE 20/08/2014 – SOMEMA – SOCIEDADE METALÚRGICA MARINHENSE, LDA

1067 - Presente pedido com o registo n.º 1649/14, datado de 29/10/2014 respeitante à apresentação dos projetos de especialidade relativos ao licenciamento de legalização de alterações e ampliação de uma unidade industrial existente, sita na Rua de Angola, n.º 13, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.027 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.291, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 293/14, com data de entrada de 20/08/2014, apresentado por SOMEMA – SOCIEDADE METALÚRGICA MARINHENSE, LDA, com o NIPC 500 418 810, com sede na Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 04/09/2014;

Presente informação técnica, datada de 16/12/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, estando o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto - Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações e ampliação de uma unidade industrial existente, sita na rua de Angola, n.º 13, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.027 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.291, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 293/14, com data de entrada de 20/08/2014, apresentado por SOMEMA - SOCIEDADE METALÚRGICA

MARINHENSE, LDA, com o NIPC 500 418 810, com sede na Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Delibera igualmente informar que a alteração da unidade industrial apresentada se insere no procedimento de mera comunicação prévia, por força do disposto no n.º 5 do artigo 39º do Sistema de Indústria Responsável (SIR), publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto devendo o mesmo ser apresentado, para efeitos do licenciamento da atividade industrial, à respetiva entidade coordenadora competente, de acordo com o disposto no artigo 33º do SIR.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1891/14, DATADO DE 10/12/2014 – PC N.º 26/14 , DATADO DE 28/01/2014
– ANTÓNIO GILBERTO FELIZARDO MACEDO

1068 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1891/14, datado de 10/12/2014, apresentado por ANTÓNIO GILBERTO FELIZARDO MACEDO, com o NIF 175832692, com morada em Rua central, n.º 256, lugar de Carreira de Baixo, freguesia de União das Freguesias de Carreira e Monte Real e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 26/14.

Presente parecer técnico datado de 12/12/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do

Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Avenida Marginal, nº 87, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de ANTÓNIO GILBERTO FELIZARDO MACEDO, com o NIF 175832692, com morada em Rua central, nº 256, lugar de Carreira de Baixo, freguesia de União das Freguesias de Carreira e Monte Real e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Baz
- 2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 2380/11, DATADO DE 22/11/2011 – PC N.º 752/2011, DATADO DE 22/11/2011 – LISETA HENRIQUES SILVA ROLDÃO

1069 - Presente informação da Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Proteção Civil, dando conta da existência de imóvel habitado, em mau estado de conservação, colocando em risco a segurança quer dos seus ocupantes, quer de transeuntes e bens, sito na Avenida 1.º de Maio, Freguesia de Marinha Grande.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada de 23/11/2011, pela qual foi determinada a realização da vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 26/2010, de 30/03, por forma a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade apresentadas pela edificação.

Presente Auto de Vistoria datado de 14/12/2011, a enquadrar o estado em que se encontrava o referido imóvel.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Presente Deliberação tomada na Reunião de Câmara realizada em 02/02/2012, a determinar a execução das obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade do edifício sito na Avenida 1.º de Maio, Freguesia de Marinha Grande, verificadas pela Comissão de Vistorias e descritas no respetivo Auto, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, concedendo-se um prazo de 30 dias para o respetivo início.

Presente informação técnica, datada de 15/12/2014, a dar conta do avançado estado de degradação do imóvel e da necessidade de aferir se internamente foram efetuadas obras de conservação.

Após análise dos elementos, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Avenida 1.º de Maio, n.º 165, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Liseta Henriques Silva Roldão, residente em Avenida Engenheiro Arala Pinto, n.º 40, lugar de Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação do cumprimento do teor da notificação efetuada pelo nosso ofício n.º 119/12, datado de 08/02/2013² e rececionado em 09/12/2012.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 07/01/2015, pelas 14h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Alexandre Fava

Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheira Cristina Silva

Arquiteto Ricardo Santos

Dra. Eunice Marques

Informar a requerente e a proprietária do imóvel que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, o proprietário do imóvel poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - I/1495/2014 – DETERMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS

1070 - Presente parecer interno da Divisão Jurídica e de Contratação, com o registo de entrada nº I/1495/2014, datado de 22/10/2014 decorrente da apreciação de reclamação de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

ruído incomodativo e solicitação de redução de horário de funcionamento do estabelecimento “Curvas de Açúcar”, sito no n.º 4 da Rua das Raízes – Casal Galego.

Presente parecer interno com o registo de entrada nº I/1754/2014, datado de 17/12/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização de vistoria para verificação da conformidade da fração autónoma sita na Rua das Raízes, n.º 4, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qual se encontra instalado o estabelecimento denominado “Curvas de Açúcar”, cuja entidade exploradora é Marli Antunes Duarte, ao abrigo do previsto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01/04. e nos artigos 94.º e 96.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

A Câmara Municipal analisou as referidas informações e, nos termos do nº 1 do artigo 90.º e nº 2 do artigo 96.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua das Raízes, n.º 4, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja entidade exploradora é Marli Antunes Duarte, com o NIF 247958511, com morada em Rua dos Foscadores, n.º 26, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

INFORMAR a entidade exploradora e o proprietário dos imóvel da data da vistoria que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1602/14, DATADO DE 23/10/2014 – PC N.º 503/2014, DATADO DE 23/10/2014 – FERNANDO AMARAL TAVARES

1071 - Presente requerimento registado sob o n.º 1602/14, datado de 23/10/2014, apresentado por FERNANDO AMARAL TAVARES, com o NIF 159859263, residente em Rua de S. Pedro, n.º 79, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande respeitante a um pedido de vistoria ao imóvel do qual é arrendatário, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade, elencando um conjunto de deficiências que entende existirem.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 30/10/2014, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possa, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 11/12/2014, referente à vistoria realizada em 13/11/2014, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo, a Câmara delibera determinar a execução das obras de reparação necessárias a sanar as patologias detetadas no edifício sito na Rua de S. Pedro, n.º 79, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, constantes do teor do Auto de Vistoria datado 11/12/2014, concedendo ao proprietário do edifício, JORGE GALO VITAL, residente em Estrada de S. Pedro, n.º 55, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, um prazo de 30 dias úteis para a apresentação do projeto de licenciamento das obras de requalificação do edifício, as quais devem ser executadas num prazo de 90 dias após a obtenção da licença, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, face às atuais condições físicas do imóvel, verificadas pela Comissão de Vistorias e descritas no mencionado Auto, designadamente:

- 1 – Reparação da cobertura, incluindo substituição e reparação da estrutura resistente e de suporte das telhas de revestimento;
- 2 – Aplicação de camada isolante (telas asfálticas ou resinas acrílicas) nas áreas expostas de transição do plano de cobertura;
- 3 – Reparação e pintura dos tetos e paredes interiores;
- 4 – Demolição e remoção para vazadouro dos elementos constitutivos da cobertura executada sobre o logradouro lateral do edifício;
- 5 – Requalificação da área relativa ao logradouro lateral da edificação, permitindo abertura da cobertura aí existente, reconfigurando-a de forma a garantir a iluminação e ventilação dos espaços de habitação do edifício.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 50/12, DATADO DE 10/01/2012 – PC N.º 102/09, DATADO DE 18/05/2009
– OLGA MARIA MARTINS GOMES DA SILVA

1072 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de “*Construção de edifício habitacional de dois fogos em propriedade horizontal*”, a que foi atribuído o número 102/09, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada do Fagundo, lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.540 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.395, apresentado por OLGA MARIA MARTINS GOMES DA SILVA, com o NIF 117852910, com residência na Avenida José Gregório, n.º 212A, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente deliberação camarária datada de 2014/10/30, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2014/12/11, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2014/12/11, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que a interessada, OLGA MARIA MARTINS GOMES DA SILVA, com o NIF 117852910, com residência na Avenida José Gregório, n.º 112A, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final do deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de “*Construção de edifício habitacional de dois fogos em propriedade horizontal*”, a que foi atribuído o número de processo 102/09, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada do Fagundo, lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.540 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.395, da referida freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2010/11/25, comunicada através do ofício n.º 1366/10, de 2010/12/02, rececionado em 2010/12/09;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2011/12/10 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado por mais um ano;
4. Considerando que por despacho de 2013/02/11, notificado pelo ofício n.º 203/13, rececionado em 2013/03/04, foram concedidos 10 dias para solicitar a emissão do respetivo alvará;
5. Considerando que a interessada tinha até ao dia 2013/03/18 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
6. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
7. Considerando que a requerente foi notificada da intenção de ser declarada a caducidade da licença mediante o nosso ofício n.º 1159/14, datado de 31/10/2014, rececionado em

04/11/2014, concedendo-lhe um prazo de 15 dias úteis para, em sede de audiência prévia, apresentar as alegações que entendesse pertinentes, ou seja, até, 25/11/2014;

8. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 2010/11/25, referente ao processo n.º 102/09, para a realização da obra de “*Construção de edifício habitacional de dois fogos em propriedade horizontal*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada do Fagundo, lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16540 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 17395, apresentado por OLGA MARIA MARTINS GOMES DA SILVA, com o NIF 117852910, com residência na Avenida José Gregório, n.º 212A, freguesia e concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 956/11, DATADO DE 09/05/2011 – PC N.º 162/11, DATADO DE 27/04/2011 – ANA ELISA FRAGOSO PINTO

1073 - Presente processo de licenciamento referente à obra de alteração de espaço comercial para instalação de Parque Lúdico Infantil, a que foi atribuído o número de processo 162/11, registado em 2011/04/27, para o prédio sito na Rua de Leiria, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da fregueia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 4.339 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.128, apresentado por ANA ELISA FRAGOSO PINTO, com o NIF 214516776, com residência na Rua Outeiro do Mar, n.º 31, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2011/05/19.

Presente deliberação camarária datada de 2014/10/16, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 10 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da referida operação urbanística.

Presente parecer técnico datado de 2014/12/15, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2014/12/15, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

- Considerando que a interessada, ANA ELISA FRAGOSO PINTO, com o NIF 214516776, com residência na Rua Outeiro do Mar, n.º 31, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, solicitou o licenciamento da obra de alteração de espaço comercial para instalação de Parque Lúdico Infantil, a que foi atribuído o número de processo 162/11, registado em 2011/04/27, para o prédio sito na Rua de Leiria, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4339 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4128;
- Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2011/05/19, tendo a interessada sido notificada do seu conteúdo através do nosso ofício n.º 409/11, de 24/05/2011, rececionado em 27/05/2011;
- Considerando que, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, a requerente devia ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja em 2011/11/27, e que não o fez;
- Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no anterior parágrafo, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2012/05/27, de acordo com o n.º 6 do citado artigo 20.º do RJUE; Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura, conforme n.º 6 artigo 20.º do RJUE;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do artigo 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, DECLARAR A CADUCIDADE do ato que aprovou o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento obra de alteração de espaço comercial para instalação de Parque Lúdico Infantil, a que foi atribuído o número de processo 162/11, registado em 2011/04/27, para o prédio sito na Rua de Leiria, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.128 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4339, da referida freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por ANA ELISA FRAGOSO PINTO, com o NIF 214516776, com residência na Rua Outeiro do Mar, n.º 31, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente apresentasse os respetivos projetos das especialidades.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1898/14, DATADO DE 11/12/2014 – PC N.º 599/2014, DATADO DE 11/12/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

1074 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 1898/14, datado de 11/12/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala numa extensão de 205,00 metros, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Guilherme Pereira Roldão e Beco da Rua Guilherme Pereira Roldão, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 07/11/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala numa extensão de 205,00 metros, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Guilherme Pereira Roldão e Beco da Rua Guilherme Pereira Roldão, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Relativamente à intervenção na Rua Guilherme Pereira Roldão, esta apenas deverá ser executada fora do pavimento betuminoso aplicado recentemente no âmbito da empreitada de requalificação da Rua Guilhermino Marques, efetuando-se a travessia pretendida na zona da junta de ligação dos betuminosos;
- b) A restante rede de gás ao longo do arruamento deve ser realizada mediante a execução de vala na zona de passeio ou gare de estacionamento;
- c) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1927/14, DATADO DE 17/12/2014 – PC N.º 438/14, DATADO DE 17/12/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

1075 - Presente pedido de ocupação da via pública apresentado em 18/11/2014, registado sob o n.º 1898/14, datado de 11/12/2014, por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala numa extensão de 3,00 metros de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 24/11/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala numa extensão de 3 metros de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - ANULAÇÃO DE GUIA – DIVISÃO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

1076 - Presente a informação interna CM/01/2014, datada de 15 de dezembro de 2014, da Divisão Ordenamento do Território – Área de Controlo de Processos, Atendimento e Apoio Administrativo, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de guia emitida indevidamente, referente a pagamentos relativos aos serviços prestados pela Área de Controlo de Processos, Atendimento e Apoio Administrativo da Divisão de Ordenamento do Território.

- Considerando que em 14/10/2014 foi emitida a guia n.º 20667, em nome de Fernando Oliveira, no montante de 286,27€ (duzentos e oitenta e seis euros e vinte e sete cêntimos), correspondente à taxa pela realização de vistoria a habitação unifamiliar, prevista no ponto 3.1 do Quadro IX do Anexo I ao RMEUMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, determinada no âmbito do processo de licenciamento n.º 304/14;

- Considerando que o referido processo se referia ao pedido de autorização de utilização para uma fração autónoma de um edifício de habitação coletiva, destinada a habitação;

-Considerando que a taxa pela realização de vistoria a um fogo inserido num edifício de habitação coletiva ascende a 243,32€ (duzentos e quarenta e três euros e trinta e dois cêntimos), nos termos do previsto no ponto 3.2 do Quadro IX do Anexo I ao RMEUMG;

- Considerando que os serviços detetaram o lapso antes do pagamento da guia emitida erradamente e, por isso, emitiram novo documento com o valor correto, a guia de receita n.º 20671, datada de 14/10/2014, em nome de Fernando Oliveira;
- Considerando que o munícipe não tem qualquer valor em dívida perante a autarquia, dado que pagou o valor correto, conforme recibo 2/20671/22672 de 14/10/2014;
- Considerando que a Divisão de Ordenamento do Território analisou e comprovou a veracidade dos factos relatados pelos próprios serviços emissores da autarquia;

A Câmara Municipal apreciou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à anulação da guia de receita n.º 20667 de 2014, em virtude da mesma ter sido emitida em duplicado por lapso do serviço emissor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - ANULAÇÃO DE GUIA - RETIFICAÇÃO – DIVISÃO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

1077 - Presentes documento de receita n.º DRF 00/15983, de 29/08/2014 e fatura n.º FTI 00/14438, de 29/08/2014.

Presente deliberação de anulação de guias de pagamento, tomada na reunião de Câmara de 16/10/2014.

- Considerando que em 16/10/2014 foi tomada a deliberação referente à anulação das guias para pagamento das taxas municipais, com os números 15983 e 14438, ambas datadas de 29-08-2014, no valor de 6,15€ (seis euros e quinze cêntimos) e 27,87€ (vinte e sete euros e oitenta e sete cêntimos) respetivamente;
- Considerando que, posteriormente, foi detetado pelos serviços da DFTI (Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação) que aquela deliberação faz referência erradamente ao número de documento de receita 14438, quando deveria identificar o número de documento de receita 15984, por ser este o correto;

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) retificar este erro, por o mesmo ser manifesto.

Assim, onde se lê “*Delibera anular as guias para pagamento das taxas municipais, com os números 15983 e 14438, ambas datadas de 29-08-2014, no valor de 6,15€ (seis euros e quinze cêntimos) e 27,87€ respetivamente, por, em consequência daquele despacho, não ter sido cobrado qualquer valor*” deve ler-se “*Delibera anular as guias para pagamento das taxas municipais, com os números 15983 e 15984, ambas datadas de 29-08-2014, no valor de 6,15€ (seis euros e quinze cêntimos) e 27,87€ respetivamente, por, em consequência daquele despacho, não ter sido cobrado qualquer valor*”

De acordo com o n.º 2 do citado artigo 148º do CPA, a presente deliberação retroage à data de 16/10/2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - PROJETO DE CRIAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E DE SANEAMENTO DO CENTRO LITORAL DE PORTUGAL – EMISSÃO DE
PARECER

Antes de se proceder à votação, registaram-se algumas intervenções.

O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu que a água vai ser o negócio mais apetecível do século 21 e não pode ser assim. A Câmara deve tomar todas as medidas para envolver a população porque este é um assunto gravíssimo. Há que manifestar o nosso repúdio junto do Governo, pois ele só visa beneficiar os bolsos de alguns à custa das populações.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que tem as seguintes questões para colocar:

- Este dossier foi submetido a análise pelos departamentos técnicos da Câmara, e neste caso, perguntou se pode ter acesso a este parecer dos serviços?
O Sr. Vereador Paulo Vicente informou que ele próprio e dois técnicos da Câmara foram antes a uma reunião, e o executivo deu a sua posição política mas a análise é técnica.
- Em caso negativo o que leva este executivo a apresentar uma proposta de parecer desfavorável quando as tarifas vão decrescer, logo beneficiam os munícipes?
- Como foi feita a avaliação do processo de cálculo das tarifas?
- Qual a base em que está feito o Plano de Investimentos? Alguém avaliou o que vai beneficiar a Marinha Grande? Quais os benefícios para os munícipes marinhenses, em especial para os que ainda não têm saneamento?
- Entrámos numa empresa multimunicipal, a SIMLIS, em 1999. A decisão do executivo de então foi tomada pelos partidos atualmente no executivo permanente. Qual a diferença entre a empresa multimunicipal SIMLIS e este Sistema Multimunicipal do Centro Litoral?
- Qual a posição da CIMRL? Pombal não entrou na SIMLIS, comparativamente sabemos se Pombal está melhor ou pior do que os municípios que entraram? Pombal e Alvaiázere não entram neste novo sistema, porquê?
- Tendo em conta que a importância deste assunto é de interesse público, propôs que este parecer seja colocado à discussão da população e também à Assembleia Municipal.

O Sr. Vereador Paulo Vicente referiu que embora só se esteja a discutir o saneamento, este é o primeiro passo para a privatização da água, pois é isso que lhes interessa. Os pareceres das autarquias não vinculam a decisão. O que está aqui em causa é uma questão de princípio: o partido que ganhou as eleições, e tal como está no seu programa, é terminantemente contra a privatização da água. Entende que se poderão desenvolver mais ações de manifestação com as populações.

O Sr. Vereador Vítor Pereira entende que os pareceres técnicos são necessários, mas a decisão é eminentemente política, e tem que se continuar a lutar.

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse que há algo de positivo a realçar, que é a posição da Câmara sobre o que deve ser a gestão das águas, embora as razões possam divergir aqui e ali. Este poderá ser o maior dos combates das autarquias, independentemente do próximo Governo que se venha a ter no futuro, porque há uma tendência para centralizar o que é bom. Da análise que fez quer realçar dois aspectos:

1.º - o Decreto-Lei não separa as águas do saneamento, agora é o saneamento mas as águas não podem ser separadas. Isto não é novidade para si, pois esta tendência já vem de longe, e vai muito para além dos partidos que possam estar no Governo. Não tem nada contra a iniciativa privada, mas os interesses das pessoas ultrapassam os dirigentes partidários que possam estar no poder.

2.º - a designação “economia de escala”, não é uma noção política, são dados objectivos. As performances das gestões municipais têm melhor desempenho, com melhor serviço e preços mais baixos para os munícipes, pelo que contraria aquilo que é dito.

Parece-lhe que a luta vai ser difícil, mas tem que haver uma mobilização maciça da comunidade, que passa por uma comunicação de informação aos munícipes, passando-lhe os dados que espelham a performance da autarquia. Não são razões políticas, embora se possa utilizar o argumento político, mas há fortes argumentos técnicos e objectivos para unir toda a população, e politizando o assunto talvez se dividisse a comunidade, quando aqui, pelo histórico que existe, vai claramente dar razão à posição. É urgente passar à comunidade toda a informação.

O Sr. Vereador Vítor Pereira entende que aqui o político ou não político não está em causa, porque o assunto é político, e não se pode agradar a gregos e troianos. Está-se a falar de um bem essencial e fundamental para a vida, e por isso tem que se dizer politicamente NÃO. Este interesse, tal como o Vereador Carlos Logrado disse, não é desinteressado, as grandes multinacionais estão altamente interessadas neste negócio da água, especialmente a água engarrafada, às vezes desnecessária, porque de uma maneira geral a água para consumo é boa. Não tem qualquer tipo de receio em dizer que é um assunto político, embora haja argumentos técnicos favoráveis.

O Sr. Vereador António Santos referiu que há uma grande componente política, mas o papel dos autarcas é defender os interesses da população do concelho, e por isso, independentemente da politização, têm que ter um estudo técnico para saber o que é mais vantajoso para a população, que também deve ter um papel interventivo, para que no futuro não sintam que não foram ouvidos e que não participaram na decisão.

O Sr. Vereador Vítor Pereira disse que discorda, porque a água é um bem público, essencial para a vida, a que todos têm direito, tal como o ar que respiram.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho referiu que é um problema político e que concorda plenamente com a posição do Vereador Vítor Pereira, de que a água não deve ser privatizada e não deve servir para dar lucro. Também concorda com o Vereador Carlos Logrado no sentido de que deve haver um debate público, para demonstrar que o município e a população estão contra, independentemente dos partidos. Está disposta para

este combate, que é duro, e que talvez passe pela criação de uma comissão, com todas as tendências, à semelhança do que foi feito para defesa do SAP.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que a decisão poderá ser apenas política, a razão principal é de ordem política, mas é muito mais eficaz tratar o assunto de forma técnica, porque os dados estão a nosso favor e assim, tratando o assunto pela via técnica, mais facilmente se conquista a unanimidade da população, e ela é necessária. Concorde com a sugestão da Vereadora Alexandra, de criação de uma comissão com todas as tendências. Antevê que a ANMP terá uma posição contra, mas “frouxa”, daí que será pouco eficaz. A Câmara vai ter que gastar dinheiro, terá que recorrer a providências cautelares e impugnações, por isso vai ter que chamar a população e mobilizar a comunidade no seu todo, fazê-la vir para a rua, despartidarizando e despolitizando o assunto.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** entende que se pode despartidarizar o assunto mas não despolitizar.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que estão todos a reagir a algo que nos é imposto, e todos falam do mesmo, e faça-se aquilo que se fizer, o executivo no seu todo tem que “dar a cara”, e o primeiro passo é ter na mão um documento técnico, e depois ver quais as acções a tomar.

O **Sr. Vereador António Santos** concorda que tem que haver um estudo técnico para haver unanimidade, e neste assunto não segue a política nacional, mas sim os interesses das populações.

O **Sr. Presidente** referiu que na campanha eleitoral autárquica os dois partidos, PS e CDU, foram contra a privatização da água, e o PS gosta de honrar os seus compromissos, e fá-lo, mesmo que o estudo técnico demonstrasse o contrário. A ANMP está a lutar pela demonstração da inconstitucionalidade desta decisão, que visa a criação de um “centrão”, que quer dominar este país. É contra todas as privatizações que se preparam, esta e outras que ocorrerão no país, estará sempre contra, e nada disto é técnico, é tudo político. Há interesses privados que têm vindo a comprar o país e as instituições que deveriam ser públicas.

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1078 - Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, rececionámos do Sr. Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território um pedido de emissão de parecer fundamentado sobre a proposta de decreto-lei de criação do Sistema Multimunicipal de Águas e de Saneamento do Centro Litoral de Portugal.

Tendo em atenção o disposto no n.º 1 da citada disposição legal, a criação dos sistemas multimunicipais deverá ser precedida de parecer dos municípios territorialmente envolvidos, ou seja, antes de se proceder à criação de um sistema multimunicipal, os municípios que

sejam abrangidos pela futura concessão deverão emitir parecer acerca da ligação do seu município ao sistema. Vale isto dizer que, se o município emitir um parecer negativo (não concordar com a integração no sistema), tal não obstará à sua integração no sistema. Considerando-se os municípios como utilizadores dos sistemas, o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, uma vez criado o sistema e dado de concessão o serviço, ficam constituídos no dever de articular os seus sistemas municipais com o multimunicipal que abranja a sua área de intervenção.

Nestas circunstâncias, com a referida proposta de decreto-lei pretende-se, previsivelmente com efeitos a partir de 01 de julho de 2015, a criação de um novo modelo de sistema multimunicipal, a designar de Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral de Portugal, que resultará da agregação e extinção dos seguintes sistemas multimunicipais:

- Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego-Bairrada, criado pelo Decreto-Lei n.º 172/2004, de 17 de julho e gerido pela Águas do Mondego, S.A.;
- Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, criado pelo Decreto-Lei n.º 101/97, de 26 de abril e gerido pela Simria, S.A.;
- Sistema Multimunicipal de Saneamento do Lis, criado pelo Decreto-Lei n.º 543/99, de 13 de dezembro e gerido pela Simlis, S.A., que o Município da Marinha Grande integra.

O estudo de viabilidade económica e financeira subjacente à proposta em apreço, partiu do seguinte cenário base:

- Extensão dos prazos de concessão que corresponde a uma redução de 6 anos para a Simria, SA e prolongamento de 4 anos para a Águas do Mondego SA. e de 14 anos para a Simlis SA.
- As tarifas previstas para os primeiros 25 anos de concessão, foram definidas tendo por objetivo a recuperação integral do saldo inicial de desvios de recuperação de gastos, partiram de um período de convergência tarifária nos primeiros 5 anos e tarifa de equilíbrio para os restantes 20 anos, após 2041, já é considerada a aplicação das tarifas com vista à cobertura integral dos gastos da atividade concessionada.

O novo sistema compreenderá a gestão e a exploração dos serviços de águas abrangidos pelos sistemas multimunicipais enunciados, correspondentes a um total de 29 Municípios abrangidos. Neste sentido, os Municípios de Ansião, Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Leiria, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares integram a atividade de abastecimento de água e tratamento de águas residuais. Os Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Batalha, Cantanhede, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Marinha Grande, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ourém, Ovar, Porto de Mós, Santa Maria da Feira e Vagos integram a atividade de tratamento de águas residuais. O sistema continuará a prestar serviços de abastecimento de água e/ou tratamento de águas residuais a algumas freguesias dos Municípios de Soure, Pombal e Figueiró dos Vinhos. Além destes, mantém-se o tratamento de efluentes industriais da Portucel, presentemente efetuado pela Simria, SA.

Este novo modelo de Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral de Portugal, por agregação dos três Sistemas Multimunicipais identificados, foi sustentado nos seguintes objetivos:

- Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país;
- Aumentar a eficiência dos sistemas de águas e águas residuais urbanas com redução dos custos associados;
- Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para o investimento em infraestruturas;
- Garantir a sustentabilidade económica-financeira das entidades gestoras com rigor e transparência na fixação das tarifas;
- Garantir os investimentos necessários para cumprir as Diretivas Comunitárias referentes ao setor da água permitindo evitar pesadas multas para o Estado Português.

Defende-se que estes objetivos têm em vista garantir a sustentabilidade do setor e a qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tornando possível a obtenção de economias de escala que garantam a sustentabilidade económica, social e ambiental dos serviços, preservando a sua natureza pública, com o objetivo de ultrapassar os desequilíbrios e fragilidades no setor.

No entanto, nos termos e com os efeitos do já revogado Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, foi constituído o atual sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento, criado pelo Decreto-Lei n.º 543/99, de 13 de dezembro, ao qual o Município da Marinha Grande aderiu e autorizou que a gestão para a recolha, tratamento e rejeição de efluentes do município fosse assegurada através da criação da sociedade gestora daquele sistema, a Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A..

Já nessa ocasião, o fundamento da criação dos Sistemas Multimunicipais foi a obtenção de economias de escala que possibilitassem a sustentabilidade económica e ambiental dos serviços. Sucede que os Sistemas Multimunicipais que ora se equacionam agregar continuam com graves problemas de sustentabilidade, razão pela qual duvidamos que seja defensável a atual conceção do modelo associado aos sistemas multimunicipais, amarrados, entre outros, a objetivos puramente financeiros de cobertura total de custos.

Assim, independentemente do estudo apresentar que para os municípios da SIMLIS, que decidirem transferir totalmente o benefício da descida da tarifa em alta de saneamento para o consumidor final, os seus munícipes poderão ver o custo mensal do saneamento diminuir em cerca de 1,2€ já em 2015, entendemos que o mesmo, atendendo às questões de fundo que lhes inerem, estão longe de constituir o cerne da estratégia que se quer ver implementada. As dúvidas face às intenções que estão na base da atual proposta, não se orientam somente pela circunstância de discordarmos com os pressupostos essenciais do modelo dos sistemas multimunicipais mas, principalmente, pelo facto de todo o modelo de reorganização ter sido desenvolvido à margem e contra a vontade dos municípios, consubstanciando uma flagrante perda do papel determinante dos municípios em todo o processo de reestruturação do setor da água e na gestão do sistema em geral.

Aliás esta estratégia já vem sendo concretizada através das alterações profundas que surgiram no âmbito do quadro de reestruturação dos setores de águas e resíduos, a saber, a alteração à Lei de Delimitação de Setores, a alteração da natureza jurídica da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e a alteração do Regime Jurídico dos Serviços de Âmbito Municipal de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos. Em consequência, designadamente, das alterações aos Estatutos do Regulador, a ERSAR, foram definidas regras obrigatórias sobre tarifários, que visam assegurar uma harmonização em alta das tarifas, o que no nosso entendimento, constituem uma ameaça à natureza e à prestação de um serviço público às populações.

Esta reorganização do setor verte uma estratégia de substituição do serviço público, da universalidade pelo lucro, vai contra a autonomia do Poder Local, resulta numa desvalorização do papel de cada município e numa significativa diminuição da representatividade dos municípios nos órgãos de gestão das empresas. Ou seja, todo o percurso vai no sentido da criação de condições, cada vez mais favoráveis, à privatização do setor, em prejuízo das populações e dos seus interesses, consubstanciando um desrespeito pelo papel determinante dos municípios em todo o processo de reestruturação do setor da água e do saneamento.

Pelo exposto, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, a Câmara Municipal delibera emitir parecer desfavorável sobre o projeto de criação do Sistema Multimunicipal de Águas e Saneamento do Centro Litoral de Portugal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador António Santos.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

"A nossa abstenção nesta matéria, reside no facto de ainda não haver um estudo técnico, a fim de avaliar o que é mais vantajoso para as populações. Esta atitude não pode ser só política, também deve passar por uma componente técnica e mobilizadora das nossas gentes. Os munícipes devem ser esclarecidos, materialmente, das vantagens ou desvantagens pela opção da privatização da água e saneamento."

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Voto a favor do parecer desfavorável, apesar do processo não especificar com clareza as vantagens e inconvenientes da integração do nosso município, nesta empresa. O que nos parece é apenas o alargamento da Simlis a mais municípios. Como os investimentos não são claros não sabemos o que beneficia a Marinha Grande. A tomada de posição dum tema destes de enorme interesse público local, como é o caso do saneamento, deve ser alargado a uma discussão pública e apreciado pelo órgão deliberativo Assembleia Municipal".

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

O Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:50 horas às 12:00 horas.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

20 - CEMITÉRIO DA MARINHA GRANDE – SEPULTURAS ABANDONADAS

1079 - O Cemitério Municipal da Marinha Grande alberga 3211 sepulturas, das quais 2852 são perpétuas e 359 são temporárias.

Neste Cemitério encontram-se 76 sepulturas em estado de presumível abandono, conforme relação das sepulturas que se segue.

[illegible]

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

[illegible]

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

20M 20202020		2020	20 20 2020 20 2020 2020 20
M2020 20 202020 20202020 20 2020 20 202020	2020202020	2020	20M20 20 20 202020 20 M20202020
20 20 20 2020 20	2020202020	2020	20 20 20 2020 20
M2020 20 20 2020 20 20 20	2020202020		
M2020 20 20 20 202020	2020202020		
20 20 M2020 20 20 20 202020 20 2020	2020202020		
M2020 20 2020 20 20 2020 20	2020202020	2020	2020 2020 2020 20 2020 20
20M2020 20 2020 20 20 2020 20	2020202020		
20 202020M20 20 M2020	2020202020	202020	202020 M2020
20 20 20202020 20 2020	2020202020		
M2020 20 20 202020	2020202020	2020	20 20 20 2020 20
20 2020 20 20 2020 20 20	2020202020		
20M2020 202020 20 20202020	2020202020		
M2020 20 20 202020 2020 2020	2020202020	2020	20M2020 202020 20 2020 20
20 2020 20 20 2020 20 20	2020202020		
20M2020 202020 20 20202020	2020202020		
20 2020 20202020 20M20 20	2020202020	2020	2020 20 20 20202020 M2020 2020 M2020 20
		2020	20 20 202020 20 20 2020 M2020 20 20
20M 20202020		2020	M2020 20 2020 20 20 2020 20M20 20
2020 202020 20202020 20 20	2020202020	202020	M2020 20 2020 20 202020 2020 20
20 20 202020 20 2020 20 20 2020	2020202020	2020	M2020 2020 202020 20 2020 20M20 20
M2020 20 2020 20 M20 202020	2020202020	2020	M2020 20M202020 20 2020 20 20202020 20M20 20
M2020 20 2020 20	2020202020	2020	20 20 20 2020 20 20 20
20202020 20 20 20 20 M2020 20 20	2020202020	2020	20 20M2020 20202020 20 20 2020 20 20 20M2020 20
20202020 20 2020 20 202020 20 20	2020202020	2020	202020 20202020 20202020 2020 20 20
20 2020 20 20 2020 2020 20 20M20 20	2020202020	2020	20 20 20M 20 20 20 2020 202020 20
20 2020 20 20 20 20 20202020	2020202020		
20M202020 20 20 20202020 202020 20	2020202020		
M202020 M202020 20 202020 20	2020202020	2020	20 20 20 2020 20 20 202020 20
20202020 2020202020 20 20 20 20	2020202020		
20 20 2020 20 20 20 202020	2020202020	2020	202020 20 20202020 20202020 2020 20
2020 20 20 20 20202020 20 20202020 2020	2020202020		
M2020 20 20 202020 20202020	2020202020		

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Nestas sepulturas não ocorreram quaisquer inumações, não apresentam vestígios de terem sido realizadas obras de conservação ou beneficiação há menos de dez anos e encontram-se em visível estado de abandono.

Pelo exposto e de acordo com o preceituado no artigo 43.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais, consideram-se abandonadas, podendo declarar-se prescritas a favor da autarquia, as sepulturas perpétuas cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta ou não exerçam os seus direitos por período superior a dez anos, nem se apresentem a reivindicá-los no prazo de sessenta dias, depois de citados por meio de editais publicados em dois jornais regionais editados na área do município.

Dos éditos deverão constar os números das sepulturas perpétuas, identificação e data das inumações dos cadáveres ou ossadas que nas mesmas se encontrem depositadas, bem como o nome do último ou últimos concessionários inscritos que figuram nos registos.

Simultaneamente com a citação dos interessados, colocar-se-á nas sepulturas placa indicativa do abandono.

Sendo que a declaração de caducidade importa a apropriação pela Câmara Municipal da sepultura, considerando-se abandonadas as eventuais ossadas existentes.

A Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1 da alínea kk) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea m) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, na sua redação atual, na qualidade de entidade responsável pela Administração dos cemitérios municipais, **delibera, nos termos do n.º 1 do artigo 43.º do Regulamento do Cemitérios Municipais, afixar os editais nos lugares habituais e publicitar avisos em dois jornais regionais editados na área do Município, para que os concessionários, no prazo de 60 dias, reivindiquem os seus direitos sobre as sepulturas perpétuas identificadas, sob pena de serem declaradas prescritas a favor do Município da Marinha Grande.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

1080 - Muhammad Ashraf através do requerimento com registo de entrada nº 10186/2014, veio requerer à Câmara Municipal o pagamento da taxa devida pela comunicação prévia para ocupação de espaço público com toldo e expositor na Rua da Boavista nº 9 na Praia da Vieira, no valor de 665,00€, em 12 prestações mensais.

Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Presente informação nº 10/AF de 17 de dezembro de 2014, onde se confirma o que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Da análise do pedido constata-se que, de acordo com o artigo 17 nº 1 do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, não é possível o fracionamento da dívida em 12 prestações, pelo que se propõe que seja autorizado o pagamento da dívida no valor 665,00€, em 8 prestações, de acordo com alínea c) do nº 1 do citado artigo.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Muhammad Ashraf, o pagamento da taxa devida pela comunicação prévia para ocupação de espaço público com toldo e expositor na Rua da Boavista nº 9 na Praia da Vieira, em oito prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 23123/2 de 10-11-2014, no valor de 665,00€, em nome de Muhammad Ashraf, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 – “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2, JARDIM CENTRAL” – CP N.º 01/2012 – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA

1081 - Presente informação da DISU com a ref.^a AR-12.2014, na qual se propõe a aprovação da revisão de preços definitiva da empreitada designada por “*REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2, JARDIM CENTRAL*”, adjudicada à firma “*HABITÂMEGA, CONSTRUÇÕES, SA*”, ao abrigo do disposto no n.º1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

Considerando que, de acordo com o n.º 1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a AR-12.2014, que fica anexa (Anexo 1) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar a revisão de preços definitiva no valor de 264,26€ (Duzentos e sessenta e quatro euro(s) e vinte e seis cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, da empreitada designada por “*REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2, JARDIM CENTRAL*”, realizada pela firma HABITÂMEGA - Construções, S.A., ao abrigo do disposto no n.º1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro, não havendo lugar a pagamento por não resultar qualquer

diferença entre o valor da revisão de preços provisória, aprovada na reunião de Câmara de 11 de julho de 2013, e a presente atualização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 – “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” – CP N.º 06/2010 – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA

1082 - Presente informação da DISU com a ref.^a AR-14.2014, na qual se propõe a aprovação da revisão de preços definitiva da empreitada designada por “*REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA*”, adjudicada à firma “*HABITÂMEGA, CONSTRUÇÕES, SA*”, ao abrigo do disposto no n.º1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

Considerando que, de acordo com o n.º 1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a AR-14.2014, que fica anexa (Anexo 2) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar:

- a) A revisão de preços definitiva dos trabalhos do contrato adicional n.º 77/11, no valor de 718,00€ (Setecentos e dezoito euro(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor;
- b) A revisão de preços definitiva dos trabalhos do contrato adicional n.º 84/11, no valor de 1.022,82€ (Mil e vinte e dois euro(s) e oitenta e dois cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor;
- c) A revisão de preços definitiva dos trabalhos do contrato adicional n.º 25/13, no valor de 469,79€ (Quatrocentos e sessenta e nove euro(s) e setenta e nove cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor;
- d) A revisão de preços definitiva dos trabalhos do contrato adicional n.º 37/13, no valor de 560,15€ (Quinhentos e sessenta euro(s) e quinze cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor;
- e) A revisão de preços definitiva dos trabalhos do contrato adicional n.º 41/13, no valor de 180,54€ (Cento e oitenta euro(s) e cinquenta e quatro cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

- f) A revisão de preços definitiva dos trabalhos do contrato adicional n.º 77/13, no valor de 118,22€ (Cento e dezoito euro(s) e vinte dois cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor;

da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, realizada pela firma HABITÂMEGA - Construções, S.A., ao abrigo do disposto no n.º 1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA DO CONTRATO ADICIONAL CELEBRADO EM 7 DE MARÇO DE 2013.

1083 - Presente informação da DISU com a ref.ª LF.14.2014, propondo a aprovação da revisão de preços definitiva do contrato adicional celebrado em 7 de março de 2013, da empreitada designada por “*REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE*”, adjudicada à firma *LENA, CONSTRUÇÕES, SA*, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Considerando que segundo o disposto no artigo 382º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”, designadamente o Decreto – Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação com a ref.ª LF.14.2014, que fica anexa (Anexo 3) e aqui se dá por reproduzida, delibera:

- a) Aprovar a revisão de preços definitiva dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços contratuais, do contrato adicional celebrado em 7 de março de 2013, no valor de 1.277,77 € (mil e duzentos e setenta e sete euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- b) Não haver lugar a revisão de preços dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços acordados, do contrato adicional celebrado em 7 de março de 2013, ao abrigo do disposto no artigo 9º do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro,

da empreitada designada por “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande”, adjudicada à firma Lena, Construções, SA, ao abrigo do disposto no

n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA DO CONTRATO ADICIONAL CELEBRADO EM 21 DE AGOSTO DE 2013.

1084 - Presente informação da DISU com a ref.ª LF.15.2014, propondo a aprovação da revisão de preços definitiva do contrato adicional celebrado em 21 de agosto de 2013, da empreitada designada por “*REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE*”, adjudicada à firma *LENA, CONSTRUÇÕES, SA*, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Considerando que segundo o disposto no artigo 382º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”, designadamente o Decreto – Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação com a ref.ª LF.15.2014, que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por reproduzida, delibera:

- a) Aprovar a revisão de preços definitiva dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços contratuais, do contrato celebrado em 21 de agosto de 2013, no valor de 222,93 € (duzentos e vinte e dois euros e noventa e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- b) Não haver lugar a revisão de preços definitiva dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços acordados, do contrato adicional celebrado em 21/08/2013, ao abrigo do disposto no artigo 9º do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro,

da empreitada designada por “*Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande*”, adjudicada à firma *Lena, Construções, SA*, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CEDÊNCIA DE 17,50M² DE TERRENO DO SR. CARLOS MANUEL GOMES DOS SANTOS

1085 - Para a requalificação da Rua das Laranjeiras, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de Carlos Manuel Gomes dos Santos, Contribuinte nº. 199 727 252, que confronta a Norte com Artur dos Santos, a Sul com herdeiros de João Alves dos Matos, a Nascente com herdeiros de João Alves dos Matos e a Poente com Estrada Nacional, com artigo matricial nº. 05594. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno (17,50m²) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a recolocação da caixa do contador no novo alinhamento, o isolamento da parede da casa confinante com o passeio e a execução de dois degraus para acesso às duas casas (um degrau por casa).

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 17,50m², do prédio urbano de que é proprietária Carlos Manuel Gomes dos Santos, com artigo matricial nº. 05594, que confronta a Norte com Artur dos Santos, a Sul com herdeiros de João Alves dos Matos, a Nascente com Carlos Manuel Gomes dos Santos e a Poente com Estrada Nacional, para requalificação da Rua das Laranjeiras, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a recolocar a caixa do contador no novo alinhamento, execução do isolamento da parede da casa confinante com o passeio e a execução de dois degraus para acesso às duas casas (um degrau por casa), conforme consta da ficha anexa (Anexo 5) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CEDÊNCIA DE 6,00M² DE TERRENO DO SR. CARLOS MANUEL GOMES DOS SANTOS

1086 - Para a requalificação da Rua das Laranjeiras, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de Carlos Manuel Gomes dos Santos, Contribuinte nº. 199 727 252, que confronta a Norte com Artur dos Santos, a Sul com Artur dos Santos, a Nascente com Artur dos Santos e a Poente com rua das Laranjeiras, com artigo matricial nº. 06885. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno (6,00m²) solicitando que a

área cedida para domínio público tenha como contrapartida a construção de murete para colocação dos contadores.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 6,00m², do prédio urbano de que é proprietária Carlos Manuel Gomes dos Santos, com artigo matricial nº. 06885, que confronta a Norte com Artur dos Santos, a Sul com Artur dos Santos, a Nascente com Carlos Manuel Gomes dos Santos e a Poente com rua das Laranjeiras, para requalificação da Rua das Laranjeiras, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à construção de murete para colocação dos contadores, conforme consta da ficha anexa (Anexo 6) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – QREN OVERBOOKING

1087 - Na sequência das comunicações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro recebidas a 5 de dezembro de 2014, foi a Câmara Municipal da Marinha Grande notificada da aprovação das candidaturas submetidas em regime de aceitação condicionada em *overbooking*, a saber: “*Requalificação da Rua das Laranjeiras*”, “*Requalificação da Rua Januário Martins e Rua Mãe D’Água*”, “*Requalificação do prédio da antiga fábrica J. F. Custódio*” e “*Requalificação da Rua da Panificadora*”.

Considerando que para efeitos da execução financeira das candidaturas, quer ao nível dos pagamentos a efetuar, quer ao nível da transferência dos pagamentos dos apoios financeiros concedidos ao Município da Marinha Grande dos contratos celebrados importa proceder à abertura de conta bancária afeta exclusivamente a este fim.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)”.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “QREN - Overbooking”, na qual serão efetuados os

movimentos financeiros das candidaturas, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - ENCERRAMENTO DE CONTAS BANCÁRIAS

1088 - Presente informação n.º 60RD/2014 de 17.12.2014 referente à proposta de encerramento de três contas bancárias.

Considerando que as contas bancárias identificadas não apresentam qualquer movimentação, ficando por este facto sujeitas a despesas de manutenção e considerando que na presente data não se justifica a sua existência por não registarem movimentação ou pelo facto de as candidaturas que estiveram na génese da sua abertura já se encontrarem encerradas importa proceder ao encerramento das mesmas.

Conta n.º	Descrição	Instituição bancária
0035/00041074130	PROGRAMA PRODER	Caixa Geral de Depósitos
0035/00041452630	PAGAMENTOS EXTERNOS VIA MULTIBANCO-GAM	Caixa Geral de Depósitos
0035/00042021630	POPH-CEI'S	Caixa Geral de Depósitos

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento das contas bancárias identificadas no quadro anterior.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.

1089 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de novembro de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de novembro de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

31 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE INSPECÇÃO, REINSPECÇÃO E SELAGEM DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES PARA OS ANOS 2015 E 2016”.

1090 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73.º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 11642/2014 e informação I/1543/2014, da DAM – Divisão de Administração e Modernização, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de *“Serviços de Inspeção, Reinspeção e Selagem de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes para os Anos 2015 e 2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que em reunião camarária de 14-11-2014 foi deliberado, de acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de Inspeção, Reinspeção e Selagem de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes para os Anos 2015 e 2016”*, e que por despacho do Sr. Presidente, datado de 20 de novembro de 2014 foi aberto o P.A. n.º 75/2014-AP/GAM, tendo sido adoptado o procedimento de Concurso Público nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos e o preço base a aplicar deliberado foi de 4.940,10 euros, que

resultou da aplicação de redução remuneratória de 10% ao preço unitário do contrato vigente em 2013, em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Considerando que, no âmbito do P.A. N.º 75/2014-AP/GAM, apresentaram proposta dois concorrentes, uma no valor total de 4.989,00€ e outra no valor total de 7.440,00€, ambos os valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e que ambas as propostas ultrapassaram o preço base de 4.940,10€, e que por despacho do Sr. Presidente, datado de 15-12-2014, foi determinada a não adjudicação do processo.

Considerando que a proposta do concorrente ELEVAR-ASSOCIACAO APOIO TECNICO ultrapassou o preço base apenas em 48,90€ e que o concorrente manifestou intenção de apresentar nova proposta cumprindo o preço base de 4.940,10€.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2014, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação de *“Serviços de Inspeção, Reinspeção e Selagem de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes para os Anos 2015 e 2016”*, na classificação orgânica/económica 0103/020220, ação do PAM 2014/A/19.

Considerando que o preço base a aplicar é de 4.940,10€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% preceituada no n.º1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que o contrato a celebrar terá um prazo de vigência superior a um ano, pelo que não pode ser adotado o procedimento preceituado no artigo 128º, atento o disposto nos termos da alínea a) do artigo 129º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é Ajuste Directo, de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea a) e 20º n.º 1, alínea a) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que a entidade a convidar é a empresa ELEVAR-ASSOCIACAO APOIO TECNICO, NIPC 502 178 540, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se

verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de Inspeção, Reinspeção e Selagem de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes para os Anos 2015 e 2016.*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO “MANUTENÇÃO DE MEIOS DE ELEVÇÃO INSTALADOS EM DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA OS ANOS 2015, 2016 E 2017”.

1091 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a informação n.º LF/14-13 e requisição interna n.º 15845/2014, ambas da DISU, nas quais se manifesta a necessidade de contratação dos serviços de *“Manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais para os anos 2015, 2016 e 2017”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de assistência técnica a elevadores e plataformas elevatórias instalados em edifícios municipais, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 17/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que a entidade a convidar é a empresa ENOR ELEVAÇÃO E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LDA, NIPC 502 502 959, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.618,52€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória preceituada no n.º 1 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2016 e 2017 para a contratação dos serviços de *“Manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais para os anos 2015, 2016 e 2017”*, na classificação orgânica 06 e 07 e económica 020219 ações do PAM, 2014/A/105, 2014/A/107, 2014/A/108, 2014/A/111, 2014/A/112 e 2014/A/155.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços de *“Manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais para os anos 2015, 2016 e 2017”*.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município.”

33 - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO "ATRIBUIÇÃO DE PATROCÍNIO FINANCEIRO A AGENTES DESPORTIVOS QUE PROJETERM INTERNACIONALMENTE O NOME DE PORTUGAL – JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE"

1092 - O Judo Clube da Marinha Grande, solicitou através de requerimento com registo de entrada n.º 2168/2014, de 12 de março do corrente ano, complementado com o requerimento com registo de entrada de 31 de outubro, um apoio financeiro enquadrado nos objetivos do atleta marinhense Nuno Saraiva, atleta do referido clube, de obter os mínimos para participar no Campeonato da Europa e do Mundo e nos Jogos Olímpicos de 2016.

Considerando o ofício do Judo Clube da Marinha Grande datado de 10 de dezembro de 2014 em que informa que abdica da atribuição de patrocínio financeiro deliberado em reunião de Câmara em 3 de Novembro de 2014 tendo como motivo, que o referido atleta não irá representar o Judo Clube da Marinha Grande em 2015, representado outro clube em competições nacionais e internacionais.

A Câmara Municipal delibera ao abrigo dos artigos 138.º, 142.º, n.º 1 do artigo 143.º, n.º 1 e n.º 2 do artigo 144.º e n.º 1 do artigo 145.º todos do Código do Procedimento Administrativo, revogar a deliberação de 03 de Novembro de 2014, com a epígrafe: “Atribuição de patrocínio financeiro a agentes que projetem internacionalmente o nome de Portugal – Judo Clube da Marinha Grande”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - DOAÇÃO DA ARTISTA ESIN KÜCÜKBICMEN - RETIFICAÇÃO

1093 - Presente deliberação camarária datada de 31/07/2014, respeitante à doação da artista Esin Kücükbicmen, das peças “Looking Throught Myself I”, Throught Myself II” e “Throught Myself III” da sua autoria.

Onde se lê:

“A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação supra referida nos termos descritos, uma vez que se tratam de bens com interesse artístico e museológico para vocação e objetivos do Museu do Vidro, que serão utilizados para fins museológicos para o estudo, representatividade, valorização e divulgação da arte e do património, bem como conservados para a posteridade.”,

Deve passar a ler-se:

“A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação supra referida, com o valor de 100,00 euros cada, num total de 300,00 euros, nos termos descritos, uma vez que se tratam de bens com interesse artístico e museológico para vocação e objetivos do Museu do Vidro, que serão utilizados para fins museológicos para o estudo, representatividade, valorização e divulgação da arte e do património, bem como conservados para a posteridade.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - DOAÇÃO DA ARTISTA TRACY NICHOLLS - RETIFICAÇÃO

1094 - Presente deliberação camarária datada de 31/07/2014, respeitante à doação da artista Tracy Nicholls, das peças “Fragile Lace Series 2 (grey)” e “Fragile Lace Series 2 (blue)” da sua autoria.

Onde se lê:

“A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação supra referida nos termos descritos, uma vez que se tratam de bens com interesse artístico e museológico para vocação e objetivos do Museu do Vidro, que serão utilizados para fins museológicos para o estudo, representatividade, valorização e divulgação da arte e do património, bem como conservados para a posteridade.”,

Deve passar a ler-se:

“A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação supra referida, com o

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

valor de 480,00 euros e 440,00 euros, respetivamente, num total de 920,00 euros, nos termos descritos, uma vez que se tratam de bens com interesse artístico e museológico para vocação e objetivos do Museu do Vidro, que serão utilizados para fins museológicos para o estudo, representatividade, valorização e divulgação da arte e do património, bem como conservados para a posteridade.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**36 - ATRIBUIÇÃO DOS DOIS ÚLTIMOS FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL ÀS CANDIDATAS:
ANA MARGARIDA CORREIA MENDES E LEONILDE HENRIQUES BARREIRO, ADMITIDAS NO
ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS**

1095 - Presente informação n.º 1741 da D.C.D. (Divisão de Cidadania e Desenvolvimento), datada de 15 de dezembro de 2014, a dar conta da atribuição dos dois últimos fogos às candidatas mencionadas em epígrafe e, admitidas no âmbito do procedimento concursal para atribuição de habitações sociais.

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização e das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a afetação das habitações deve ser efetuada pela ordem constante da lista e, de acordo com as habitações disponíveis e adequadas a cada um dos agregados.

Considerando que as candidatas em causa, subiram no posicionamento da lista devido à desistência de dois candidatos.

Considerando que, neste momento, existem dois fogos disponíveis e, em condições, segundo a DISU, de se proceder à sua atribuição.

Considerando que, a composição dos agregados familiares, se adequa às tipologias habitacionais existentes;

Considerando a aceitação por parte das candidatas em causa, dos fogos disponíveis,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 e 2 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, atribuir para arrendamento as habitações sociais abaixo indicadas às seguintes candidatas:

1 - Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	TIPOLOGIA	RENDA/15 (JAN.º)
2	Leonilde Henriques Barreiro	1.º Esq.º	T4	5,05€

2 - Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	TIPOLOGIA	RENDA/15 (JAN.º)
7	Ana Margarida C. Mendes	2.º Esq.º	T2	36,83€

Mais delibera que, o valor das rendas indicados anteriormente e, calculados nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir do 1.º dia útil de janeiro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - ANULAÇÃO DE GUIAS E RESTITUIÇÃO VALORES – DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

1096 - Presente a informação interna n.º 1738, de 15 de dezembro de 2014, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, e em conformidade com o despacho exarado na informação interna SB 26, de 22 de maio de 2014, da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de guias de receita e à restituição de valores cobrados indevidamente, aos respetivos encarregados de educação.

Verificou-se esta necessidade, na sequência de respetiva comunicação feita pelos próprios encarregados de educação, ou por terem sido detetadas pelos próprios serviços emissores da Câmara Municipal (DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento e GAM – Gabinete de Apoio ao Município).

Considerando que a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento analisou e comprovou a veracidade dos factos relatados pelos encarregados de educação, ou pelos próprios serviços emissores da autarquia.

Considerando tratar-se de valores emitidos e/ou cobrados erradamente pelos serviços emissores desta Câmara Municipal.

A Câmara Municipal apreciou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder-se à anulação das guias de receita n.º 23514, 25234 e 25113 de 2014, pelos motivos constantes na tabela infra.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Nº GUIA/ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	MOTIVO/SERVIÇO EMISSOR	
Prolongamento de horário				
23514/2 - 2014	Beatriz Pinheiro Jorge	274986450	Quantidades e valor unitário errados - DCD	Anexo I
25234/2 - 2014	Joel Silva Coelho	274839458	Emitida em duplicado - DCD	Anexo II
25113/2 - 2014	Simão Marques Domingues	273054481	Emitida em duplicado - DCD	Anexo III

Mais delibera, proceder à restituição dos valores cobrados indevidamente nas guias n.º 9251 de 2014, e dos valores relativos a senhas de alimentação escolar não utilizadas em anos anteriores, ao respetivo encarregado de educação, pelos motivos constantes nas tabelas infra.

N.º	Nº GUIA/SENHAS	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	MOTIVO/SERVIÇO EMISSOR	
Mensalidades					
1	18580 e 18582 - 2014	Enzo Moreira Marques	269265945	Aluno subsidiado - GAM	Anexo IV

DADOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO/VALORES A RESTITUIR

N.º	Nome Aluno	Nome Enc. Educação e N.º de Contribuinte		Valor a restituir
1	Enzo Moreira Marques	José Teófilo Catarino Marques	164333177	18,75€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DO 1.º TRIMESTRE DE 2015 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS

1097 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, também eles fundamentais na sua sustentabilidade futura.

Nesse sentido propomos uma programação que sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita apresentar ao público marinhense novos projetos da cena cultural local, regional e/ou nacional. Pretendemos sempre que tal se justificar, apresentar nesta

sala, projetos locais nas diversas áreas artísticas de forma a criar esse elo fundamental de ligação com os marinhenses. Procuraremos igualmente trazer outros projetos já consagrados que por isso mesmo merecem ter o devido destaque nesta Casa que se pretende abarcar um vasto leque de opções artísticas.

Em 2015 está prevista a cobrança de bilhetes de ingresso para os diversos eventos programados.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

A Inf.36/2014 de 5 de dezembro (em anexo) que apresenta proposta de programação para janeiro de 2015 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho do Sr. Vereador da Cultura, Dr. Vítor Pereira datado de 9 de dezembro;

A Inf.39/2014 de 16 de dezembro (em anexo) que apresenta proposta de programação para fevereiro e março de 2015 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho do Sr. Vereador da Cultura, Dr. Vítor Pereira datado de 17 de dezembro;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º que refere que: *“...o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€.”*;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos do 1.º trimestre de 2015 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

Janeiro	EVENTO/ÁREA ARTÍSTICA	ARTISTA/COMPANHIA	CUSTOS	PREÇO FINAL DO BILHETE (C/ IVA INCLUÍDO)
3	Concerto de Ano Novo - música	Orquestra Juvenil MG		Gratuito
17	Por este Rio Acima - teatro	S.A. Marionetas	Cedência de sala	
18	Diabo na Cruz - música	Diabo na Cruz	4.250,00€ + IVA	7,50€
31	Almost Visible Orchestra - música	NOISERV	2.050,00€ + IVA	5,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Fevereiro				
7	O Tio Basílio - teatro	Grupo Cénico Sport Império	-	5,00€
15	Pim Pam Pum – teatro 1ª infância	Companhia de Actores	1.600€ - 2 sessões	5,00€
21	Cavaquinho.PT - música	Júlio Pereira	4.500,00€+IVA	10,00€
Março				
7	For You - música	MIMICAT	3.000€+IVA	8,00€
21	REMIX Lopes Vieira – poesia,música,vídeo	Preguiça Associação Criativa	2.000,00€	5,00€
27	Senha 44 - teatro	Porta 27 Associação Cultural	700,00€	5,00€
29	Bolo de Arroz - teatro infantil	Porta 27 Associação Cultural	700,00€	5,00€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de janeiro, fevereiro e março de 2015 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2014/2015 – 1.ª FASE

1098 - Presente informação nº 1750/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 16/12/2014 referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande pertencentes aos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria.

A Câmara Municipal apreciou informação e tendo em conta que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê as alíneas d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e, ainda em conformidade com o Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação com as alterações introduzidas pelos Despachos nº 14368-A/2010, de 14 de setembro, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, nº 12284/2011, de 19 de setembro e ainda o Despacho nº 11306-D/2014, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, delibera atribuir aos órgãos de gestão do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria os seguintes subsídios:

- Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231, n.º fiscal 600 076 768

Total de Pedidos: 375 (dos quais 32 não tiveram direito ao subsídio escolar)

Valor do subsídio escolar a atribuir: 12.370,00€ (doze mil trezentos e setenta euros)

2 - Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

Agrupamento de Escolas Poente		Escalão A	
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total
Pré- Escolar	96	50,00 €	4.800,00 €
Escolas 1º Ciclo	118	40,00 €	4.720,00 €
Total	214		9.520,00 €

Agrupamento de Escolas Poente		Escalão B	
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total
Pré- Escolar	54	25,00 €	1.350,00 €
Escolas 1º Ciclo	75	20,00 €	1.500,00 €
Total	129		2.850,00 €

Total Agrupamento de Escolas Poente		
Grau de Ensino	Total Alunos	Total Valores
Pré-Escolar	150	6.150,00 "
1º Ciclo	193	6.220,00 "
Total	343	12.370,00 €

- Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270

Total de Pedidos: 127 (dos quais 13 não tiveram direito ao subsídio escolar)

Valor do subsídio escolar a atribuir 4.190,00€ (quatro mil cento e noventa euros)

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

3 - Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria

Agrupamento de Escolas Vª Leiria		Escalão A	
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total
Pré- Escolar	28	50,00 €	1.400,00 €
Escolas 1º Ciclo	51	40,00 €	2.040,00 €
Total	79		3.440,00 €

Agrupamento de Escolas Vª Leiria		Escalão B	
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total
Pré- Escolar	10	25,00 €	250,00 €
Escolas 1º Ciclo	25	20,00 €	500,00 €
Total	35		750,00 €

Total Agrupamento de Escolas Vª Leiria		
Grau de Ensino	Total Alunos	Total Valores
Pré-Escolar	38	1.650,00 "
1º Ciclo	76	2.540,00 "
Total	114	4.190,00 Ö

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/58/2014 e A/56/2014 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

Mais delibera autorizar a publicação das listas definitivas, elaboradas nominalmente e constantes em anexo nesta deliberação, nos respetivos estabelecimentos de ensino, para conhecimento dos encarregados de educação, do valor a que terão direito a receber e da situação relativamente à utilização dos refeitórios escolares dos respetivos educandos e, suportar durante o ano letivo de 2014/2015, os almoços dos alunos subsidiados no escalão A (1,46€) e no escalão B (0,73€) que pretendam recorrer aos serviços das cantinas escolares.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 de junho de 2015.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO, DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA, REFERENTE AOS 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2014/2015.

1099 - Presente informação n.º 1755/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 17/12/2014 referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, referente aos 2.ºs e 3.ºs períodos do ano letivo de 2014/2015.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento em cada agrupamento para o ano letivo 2014/2015;

Considerando que os estabelecimentos de ensino estão agora reunidos em estruturas dotadas de autonomia para a sua gestão, designados por Agrupamentos de Escola.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da lei nº 75/2013, de 12 setembro, delibera aprovar os subsídios constantes no mapa seguinte, destinado a compartilhar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância do concelho, referentes ao 2.º e 3.º período do ano letivo 2014/2015.

VALORES DOS SUBSÍDIOS

Estabelecimentos	Agrupamento Escolas Marinha Grande Poente	Agrupamento Escolas de Vieira de Leiria	Ação do Plano de Atividades Municipais em 2014
	Contribuinte nº 600 076 768	Contribuinte nº 600 076 270	

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Educação Pré-Escolar

ANO LETIVO DE 2014/2015 2.º E 3.º PERÍODO	8.400,00€	2.100,00€	Total 10.500,00€ Ação 53/A/2014
---	-----------	-----------	---------------------------------------

1.º Ciclo do Ensino Básico

ANO LETIVO DE 2014/2015 2.º E 3.º PERÍODO	8.640,00€	3.780,00€	Total 12.420,00€ Ação 54/A/2014
---	-----------	-----------	---------------------------------------

ANO LETIVO DE 2014/2015 2.º E 3.º PERÍODO	17.040,00€	5.880,00€	22.920,00€
---	------------	-----------	------------

- Subsídio no valor de 17.040,00€ (dezassete mil e quarenta euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231 Marinha Grande, nº fiscal 600076768;
- Subsídio no valor de 5.880,00€ (cinco mil oitocentos e oitenta euros) ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho, Apartado 6, 2431-901 Marinha Grande, nº fiscal 600076270;

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2014 A/53 e 2014 A/54, conforme descrito no mapa acima.

Delibera ainda que as entidades contempladas com os subsídios supra-mencionados deverão, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 de junho de 2015.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL

1100 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014;

Considerando que nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foram aprovadas a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera ainda atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ACAMG – ASSOCIAÇÃO CONCELHIA DAS ASSOCIAÇÕES DA MARINHA GRANDE	DESFILE DE CARNAVAL, MARCHAS POPULARES	509688063	14.500,00€	A/129/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade beneficiária, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

A Câmara Municipal delibera ainda recomendar à ACAMG que deve observar os prazos estabelecidos no contrato a celebrar, na medida em que só assim se poderá garantir a continuidade dos apoios concedidos e de forma atempada.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que reiterou a declaração de voto que profere habitualmente, cujo conteúdo se reproduz:

“Como já tivemos oportunidade de nos expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.

Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc... É surpreendente que na proposta de deliberação seja dito “A Câmara Municipal delibera ainda recomendar à ACAMG que deve observar os prazos estabelecidos no contrato a celebrar”. Qual a autoridade da Câmara para falar de prazos, quando em 22 de Dezembro está a atribuir apoios financeiros para o Carnaval e para as festas populares, realizadas há meses?

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Atribuimos este subsídio, mas não foi apresentado qualquer justificação para que o faça, nem os critérios, e permite que muitos outros clubes questionem porque não são também contemplados, e porque não está garantida a equidade na atribuição dos apoios.

Passou um ano sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável, para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

42 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE VIEIRA DE LEIRIA, PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL DE 2014.

1101 - Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro;

Considerando que, nos termos da deliberação de câmara de 11 de dezembro de 2014, foi aprovada a admissão da candidatura, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que, a candidatura admitida fica selecionada para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;

- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que, os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que, os municípios têm atribuições nos domínios da ação social, conforme o disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que, a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DA FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA	ALMOÇO DE NATAL	506171795	1.500,00€	A/77/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade beneficiária, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que reiterou a declaração de voto que profere habitualmente, cujo conteúdo se reproduz:

“Como já tivemos oportunidade de nos expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a

entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.

Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Atribuímos este subsídio, mas não foi apresentado qualquer justificação para que o faça, nem os critérios, e permite que muitos outros clubes questionem porque não são também contemplados, e porque não está garantida a equidade na atribuição dos apoios.

Passou um ano sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável, para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

43 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO. ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO. DECISÃO FINAL

1102 - Presente informação de 7 de novembro de 2014, na sequência do pedido de alteração do objeto do contrato, remetido pela Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego em 17 de setembro de 2014.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Considerando que a entidade remeteu candidatura para a atribuição de apoio financeiro em 18 de setembro de 2013, conforme registo de entrada n.º 7328/2013, com o objetivo e promover no dia 1 de junho de 2014 o *“11.º Passeio de Cicloturismo”*.

Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014;

Considerando que nos termos da deliberação de Câmara, datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão da candidatura, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, para o seguinte objeto *“11.º Passeio de Cicloturismo”*.

Considerando que através de deliberação de câmara de 19 de junho foi aprovado o apoio financeiro de 250,00€ para a entidade no âmbito da candidatura para o *“11.º Passeio de Cicloturismo”*.

Considerando que a entidade remeteu, em 3 de julho de 2014, informação do adiamento do evento para o mês de setembro, não tendo sido, por esse motivo celebrado qualquer contrato-programa.

Considerando que a entidade remeteu nova informação, em 17 de setembro de 2014, a informar que não realizaram o *“11.º Passeio de Cicloturismo”* e em substituição promoveram em 7 de setembro de 2014 a 1.ª *Prova de Motocross do Troféu “Rocket Challenge”*.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento determina que *“A não realização da atividade ou do projeto objeto da comparticipação municipal implica a perda automática do apoio ou dos benefícios concedidos”*.

Considerando que através de deliberação de câmara de 14 de novembro de 2014, foi deliberado conceder o prazo de 10 (dez) dias úteis nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, para se pronunciar sobre a proposta de perda automática do apoio concedido em deliberação de câmara, datada de 19 de junho de 2014.

Considerando que a entidade foi notificada, através de ofício n.º 4231 de 21 de novembro de 2014, não tendo apresentado nenhuma alegação que altere o conteúdo da proposta de deliberação.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de

Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera determinar a perda automática do apoio concedido em deliberação de câmara, datada de 19 de junho de 2014, em nome da Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, em virtude de não ter sido realizada a atividade proposta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - 2014/2015

1103 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública, as verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 7**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista no artigo 33.º, n.º 1, alínea u), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
SPORT LISBOA E MARINHA	501219340	14.794,00€

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2014/A/150 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Assim, e relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, referentes à atribuição de apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, para explicar o meu sentido de voto, entendo apresentar os seguintes fundamentos:

- a) A atribuição de um subsídio tem por base supostos critérios de Financiamento à Actividade Física, aprovados em reunião do executivo de 26 de Setembro de 2002. Para além destes critérios, dos fundamentos que levam à atribuição de valores diferenciados e da análise que sustenta essa atribuição, também não se entendem porque estes apoios não são fundamentados no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, dado que o mesmo também contempla um “Programa de apoio a actividades com carácter anual”.*
- b) Sem prejuízo do enquadramento em critérios aprovados pelo executivo em 2002, da informação disponibilizada não se depreende que estão garantidos os princípios de igualdade e imparcialidade na atribuição destas verbas.*
- c) Se houve um processo de atribuição deste tipo de apoios não tem que haver um serviço técnico que analise as condições da sua atribuição, que emita um parecer, que ateste que o processo está de acordo com os critérios, que acompanhe e fiscalize se o montante atribuído será utilizado para o fim a que se destina? Se existe, nada disto nos foi enviado.
Quem ficará responsável pelo ónus de uma atribuição que levanta este tipo de dúvidas, em quem recairá a responsabilidade financeira deste acto?*
- d) Porque motivos estas propostas apenas são apreciadas agora quando os requerimentos já datam de há muitos meses atrás, tendo efeitos retroactivos? Não será de repensar o modelo de atribuição destes apoios de modo a que sejam facultados antes da realização das actividades, permitindo uma maior organização e planeamento aos clubes?*

Conforme me foi enviado o processo tudo leva a crer que a margem de discricionariedade é total, ou seja, não se percebe porque se atribui a verba de 14.794,00€ ao Sport Lisboa e

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Marinha. Deve haver uma razão e provavelmente terá toda a racionalidade. Contudo, quando isso não está justificado no processo o campo da discricionariedade é enorme.

Sobre esta matéria é importante ainda clarificar que somos favoráveis a uma política de apoio à actividade desportiva, designadamente a desempenhada no âmbito da formação. Contudo, não conseguimos concordar com o modelo adoptado nestas atribuições, o qual não é claro nem transparente. As propostas aqui expressas não permitem perceber esta lógica de administração.

Por estas razões sou forçado a votar contra conforme fundamentos aqui expressos, designadamente porque há um desconhecimento total sobre os critérios a que o processo alude."

45 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO

1104 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014;

Considerando que nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam seleccionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, de acordo com a alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE	ATIVIDADES CLUBE DE PATINAGEM DE VELOCIDADE. I TORNEIO STEPHENS; II ENCONTRO DE PATINAGEM ESCOLAR	600076768	3.000,00€	A/152/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade beneficiária, que se dá por reproduzida, e que contém previsão

específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que reiterou a declaração de voto que profere habitualmente, cujo conteúdo se reproduz:

“Como já tivemos oportunidade de nos expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.

Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Atribuimos este subsídio, mas não foi apresentado qualquer justificação para que o faça, nem os critérios, e permite que muitos outros clubes questionem porque não são também contemplados, e porque não está garantida a equidade na atribuição dos apoios.

Passou um ano sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável, para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

46 - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA N.º 560, DATADA DE 3/07/2014, COM O TÍTULO: “ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012 COM O TEXTO “ PEDIDO DE SUBSIDIO ANUAL EFETUADO PELA ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II PARA SUPORTE DAS DESPESAS DECORRENTES DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO SÓCIO SANITÁRIO PORTA AZUL”

Assunto retirado da ordem do dia.

47 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – ANO LETIVO 2014/2015 – 1.ª FASE

1105 - Presente informação nº 1768/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 16/12/2014 referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

A Câmara Municipal apreciou informação e tendo em conta que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê as alíneas d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e, ainda em conformidade com o Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação com as alterações introduzidas pelos Despachos nº 14368-A/2010, de 14 de setembro, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, nº 12284/2011, de 19 de setembro e ainda o Despacho nº 11306-D/2014, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, delibera atribuir aos órgãos de gestão do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente os seguintes subsídios:

- Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Prof.ª Amélia Cândida, Boavista, 2430-053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075 761

Total de Pedidos: 256 (dos quais 29 não tiveram direito ao subsídio escolar)

Valor do subsídio escolar a atribuir: 9.995,00€ (nove mil novecentos e noventa e cinco euros)

1 – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

Agrupamento de Escolas Nascente - Escalão A			
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total
Pré- Escolar	30	50,00 €	1.500,00 €
Escolas 1º Ciclo	143	40,00 €	5.720,00 €
Total	173		7.220,00 €
Agrupamento de Escolas Nascente - Escalão B			
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total
Pré- Escolar	31	25,00 €	775,00 €
Escolas 1º Ciclo	100	20,00 €	2.000,00 €
Total	131		2.775,00 €

Total Agrupamento de Escolas Nascente		
Grau de Ensino	Total Alunos	Total Valores
Pré-Escolar	61	2.275,00 "
1º Ciclo	243	7.720,00 "
Total	304	9.995,00 €

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/58/2014 e A/56/2014 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

Mais delibera autorizar a publicação das listas definitivas, elaboradas nominalmente e constantes em anexo nesta deliberação, nos respetivos estabelecimentos de ensino, para conhecimento dos encarregados de educação, do valor a que terão direito a receber e da situação relativamente à utilização dos refeitórios escolares dos respetivos educandos e, suportar durante o ano letivo de 2014/2015, os almoços dos alunos subsidiados no escalão A (1,46€) e no escalão B (0,73€) que pretendam recorrer aos serviços das cantinas escolares.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio

financeiro e apresentar relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 de junho de 2015.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO, DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, REFERENTE AO 1.º, 2.º E 3.º PERÍODO DO ANO LETIVO 2014/2015.

1106 - Presente informação nº 1770/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 19/12/2014 referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido agrupamento para o ano letivo 2014/2015;

Considerando que os estabelecimentos de ensino estão agora reunidos em estruturas dotadas de autonomia para a sua gestão, designados por Agrupamentos de Escola.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, delibera aprovar o subsídio constante no mapa seguinte, destinado a compartilhar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, referentes ao 1º, 2º e 3º período do ano letivo 2014/2015.

Valor do subsídio			Ação do Plano de Atividades Municipais em 2014
Estabelecimentos	VALOR 2014	VALOR 2015	

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Educação Pré-Escolar

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente Contribuinte nº 600 075 761	2.550€	5.100€	Total 7.650€ Ação 53/A/2013
---	--------	--------	-----------------------------------

1.º Ciclo do Ensino Básico

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente Contribuinte nº 600 075 761	5.610€	11.220€	Total 16.830€ Ação 54/A/2013
---	--------	---------	------------------------------------

VALOR 2014	8.160€	16.320€	24.480€
------------	--------	---------	---------

- 1 Subsídio no valor de 24.480,00€ (Vinte quatro mil e quatrocentos e oitenta euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Prof.ª Amélia Cândida, Ponto da Boavista, 2430-053 Marinha Grande, nº fiscal 600 075 761;

Este apoio tem cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2014 A/53 e 2014 A/54, conforme descrito no mapa acima.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supra-mencionado deverão, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 de junho de 2015.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014. "CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL DO REFORMADO."

REAPRECIACÃO COM TOMADA DE NOVA DELIBERAÇÃO. CANDIDATURAS DE APOIOS
OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA,
RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO
SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS PARA A REALIZAÇÃO
DO ALMOÇO DE NATAL DO REFORMADO.

1107 - Considerando o teor da deliberação camarária de 11 de dezembro de 2014, através do qual foi deliberado atribuir à Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos, um subsídio no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), para a realização do almoço de natal do reformado;

Considerando que a proposta de deliberação de Câmara não foi antecipadamente presente aos serviços da Divisão Financeira e Tecnologias de Informação e que, por essa razão, a despesa não foi previamente cabimentada, de acordo com os preceitos legais;

Considerando que a Câmara tomou assim uma deliberação ilegal;

Considerando que os atos administrativos podem ser revogados por iniciativa do órgão competente, de acordo com o artigo 138.º, do Código do Procedimento Administrativo;

Considerando que o referido ato administrativo poderá ser por esta revogado, com fundamento na sua invalidade, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 141.º, n.º1 do artigo 142.º e n.º 1 do artigo 143.º, todos do Código do Procedimento Administrativo;

A Câmara Municipal delibera assim revogar aquele ato administrativo, nos termos do disposto nos artigos e código referidos nos antecedentes parágrafos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

1108 - A Câmara voltou a apreciar o assunto, uma vez que foram já cumpridos todos os procedimentos legais, nomeadamente a prévia cabimentação da despesa.

Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro;

Considerando que, nos termos das deliberações de câmara de 16 de abril e 16 de outubro de 2014, foram aprovadas as admissões das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que, os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que, os municípios têm atribuições nos domínios da ação social, conforme o disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que, a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ASURPI	Almoço de Natal/2014	502870419	2.500€	A/77/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade beneficiária, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que reiterou a declaração de voto que profere habitualmente, cujo conteúdo se reproduz:

“Como já tivemos oportunidade de nos expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.

Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Atribuímos este subsídio, mas não foi apresentado qualquer justificação para que o faça, nem os critérios, e permite que muitos outros clubes questionem porque não são também contemplados, e porque não está garantida a equidade na atribuição dos apoios.

Passou um ano sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável, para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

50 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezanove de dezembro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica “Total de Disponibilidades”: 6.584.490,31 € (seis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa euros e trinta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

1109 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:10 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião